



Fórum do
Progresso

01 A tese

02 Seis propostas para a escola brasileira

03 O que já está em movimento

04 As respostas que pioram a escola

05 Como saber se funcionou

06 De onde sai o dinheiro

07 Por onde começar

08 A finalidade da escola



A sala de aula do futuro

IA e conectividade a serviço de quem ensina e de quem aprende,
com professor no centro da decisão e não como usuário final de
um painel.

Nesta edição

01 A tese

A escola não precisa prever a tecnologia. Precisa formar quem lida com ela.

02 Seis propostas para a escola brasileira

Letramento, professor, avaliação, trilhas, pós-graduação e direitos do estudante — uma página cada.

03 O que já está em movimento

Conectividade escolar, educação digital e ensino técnico, proteção de dados de crianças.

04 As respostas que pioram a escola

Seis recusas, da proibição geral ao aprisionamento em fornecedor.

05 Como saber se funcionou

A régua: o que medir no lugar de licença comprada e certificado emitido.

06 De onde sai o dinheiro

Financiar sem inventar um programa novo, com continuidade entre governos.

07 Por onde começar

Primeiros 100 dias, primeiro ciclo letivo e horizonte.

08 A finalidade da escola

A tecnologia muda; o que a escola existe para fazer, não.

Três perguntas, três tarefas

Ninguém sabe exatamente o que a inteligência artificial vai fazer com a escola. Não é preciso saber para agir: é preciso um plano que funcione em mais de um cenário. Este documento separa o que exige política nova, o que já existe e precisa de escala, e o que deve ser recusado — e trata cada proposta como algo que se pode verificar depois.

Construir — o que ainda não existe

Seis propostas com lacuna declarada e efeito verificável: letramento em IA na base curricular, formação de professor começando pelas redes mais pobres, avaliação que mede processo, trilhas curtas que somam para o diploma, pós-graduação e capacidade computacional pública, e um piso de direitos do estudante.

Apoiar — o que já está em movimento

Conectividade escolar, educação digital e ensino técnico, e a proteção de dados de crianças ancorada na LGPD. Não falta agenda: falta escala, orçamento e continuidade entre governos.

Evitar — o que piora a escola

Proibição geral, detectores de IA, substituição de professor, aprisionamento em fornecedor, conformidade de papel e o viés de automação. Todas administram a consequência em vez de dirigir a chegada da tecnologia.



01

A escola não precisa prever a tecnologia. Precisa formar quem lida com ela.

O argumento da calculadora, e por que proibir transfere a formação para quem vende a ferramenta.

Toda geração enfrentou uma tecnologia que parecia ameaçar a aprendizagem. Com a calculadora, o receio era o fim da aritmética; o que aconteceu foi o deslocamento do ensino do cálculo repetitivo para o raciocínio e a resolução de problemas. A régua vale aqui: a previsão sobre o estrago costuma errar, e o que sobra de valor é a capacidade de julgar, verificar e decidir.

Isso não significa ignorar risco. Significa não apostar tudo numa única previsão. Uma política de IA na educação que se limite a proibir deixa o aluno sozinho com a ferramenta — e transfere a formação para quem vende a ferramenta.

Há ainda um ponto que interessa diretamente ao campo progressista: a IA pode dar a um estudante de escola pública o tipo de apoio individual que antes só existia para quem podia pagar reforço particular. Se a política pública não organizar esse acesso, a tecnologia vai chegar assim mesmo — só que primeiro, e melhor, para quem já tinha vantagem.

Este plano separa três tarefas: construir o que ainda não existe, apoiar o que já está em movimento e evitar as respostas que pioram a escola.

A escola não precisa prever a tecnologia. Precisa formar quem lida com ela.



02

Seis propostas para a escola brasileira

Construir o que ainda não existe: letramento, professor, avaliação, trilhas, pesquisa e direitos do estudante.



02 · CONSTRUIR · PROPOSTA 1 DE 6

Letramento em IA como competência

A lacuna: os alunos já usam IA todo dia, quase sempre sem nenhuma orientação sobre limites, erros e responsabilidade.

A proposta: tratar letramento em IA como competência de base, ao lado de ler, escrever e calcular, dentro da BNCC — com financiamento permanente, e não como projeto-piloto. Ensinar o que a ferramenta faz bem, onde ela erra, o que é alucinação, o que é viés e quando não se deve confiar nela.

O QUE A MEDIDA FARIA

- ✓ Inserir letramento em IA na BNCC como competência de base, com carga horária e não como tema transversal solto.
- ✓ Definir o que o aluno deve saber fazer ao fim de cada etapa: verificar uma afirmação, reconhecer viés, citar o uso da ferramenta.
- ✓ Financiar material didático aberto, revisável e gratuito, em vez de licença por aluno.
- ✓ Prever formação continuada de quem vai ensinar isso, antes da obrigação chegar à sala.
- ✓ Publicar avaliação periódica do que a competência produziu, incluindo o que não funcionou.



02 · CONSTRUIR · PROPOSTA 2 DE 6

Professor primeiro

A lacuna: não se pede a um professor que ensine a usar uma ferramenta que ninguém o ensinou a usar. E a formação disponível hoje reproduz a desigualdade da rede: chega antes onde já havia mais recurso.

A proposta: um programa nacional de formação com prioridade explícita para as redes mais pobres, conduzido pela rede pública e pelas entidades de professores — com a indústria complementando o investimento público, nunca substituindo.

O QUE A MEDIDA FARIA

- ✓ Priorizar por critério publicado: as redes com menor investimento por aluno entram primeiro.
- ✓ Formar dentro da jornada, com hora remunerada, não como curso noturno voluntário.
- ✓ Conduzir pela rede pública e pelas entidades de professores, com material auditável.
- ✓ Aceitar aporte da indústria como complemento declarado, com vedação a exclusividade de plataforma.
- ✓ Medir adoção real em sala, não certificado emitido.



02 · CONSTRUIR · PROPOSTA 3 DE 6

Proteger o pensamento, depois medir

A lacuna: a avaliação brasileira mede sobretudo produto final — exatamente o que a IA entrega pronto.

A proposta: rever instrumentos de avaliação para capturar processo, argumento e defesa oral do que foi feito. Não é proibir a ferramenta na prova: é medir aquilo que a ferramenta não faz pelo aluno.

O QUE A MEDIDA FARIA

- ✓ Rever matrizes de avaliação para incluir processo, rascunho e defesa oral.
- ✓ Formar corretor e coordenação para avaliar percurso, não só resposta.
- ✓ Permitir uso declarado da ferramenta, com registro de como foi usada.
- ✓ Manter comparabilidade entre redes, para que a mudança não vire desigualdade de critério.
- ✓ Testar em amostra antes de tornar obrigatório.



02 · CONSTRUIR · PROPOSTA 4 DE 6

Trilhas para o trabalho

A lacuna: entre o ensino médio e o diploma superior há um vazio de qualificação reconhecida pelo mercado.

A proposta: qualificações curtas e reconhecidas, que somem para o diploma em vez de competir com ele, integradas ao ensino técnico e à aprendizagem profissional, para que a formação em tecnologia não dependa de concluir uma graduação de quatro anos.

O QUE A MEDIDA FARIA

- ✓ Reconhecer credenciais curtas que se acumulam e contam como crédito no diploma.
- ✓ Integrar as trilhas ao ensino técnico e à aprendizagem profissional já existentes.
- ✓ Exigir compromisso de contratação ou estágio de empregador parceiro.
- ✓ Publicar, por trilha, quantos concluíram e quantos foram empregados.
- ✓ Encerrar trilha que não coloca ninguém, em vez de renová-la por inércia.



02 · CONSTRUIR · PROPOSTA 5 DE 6

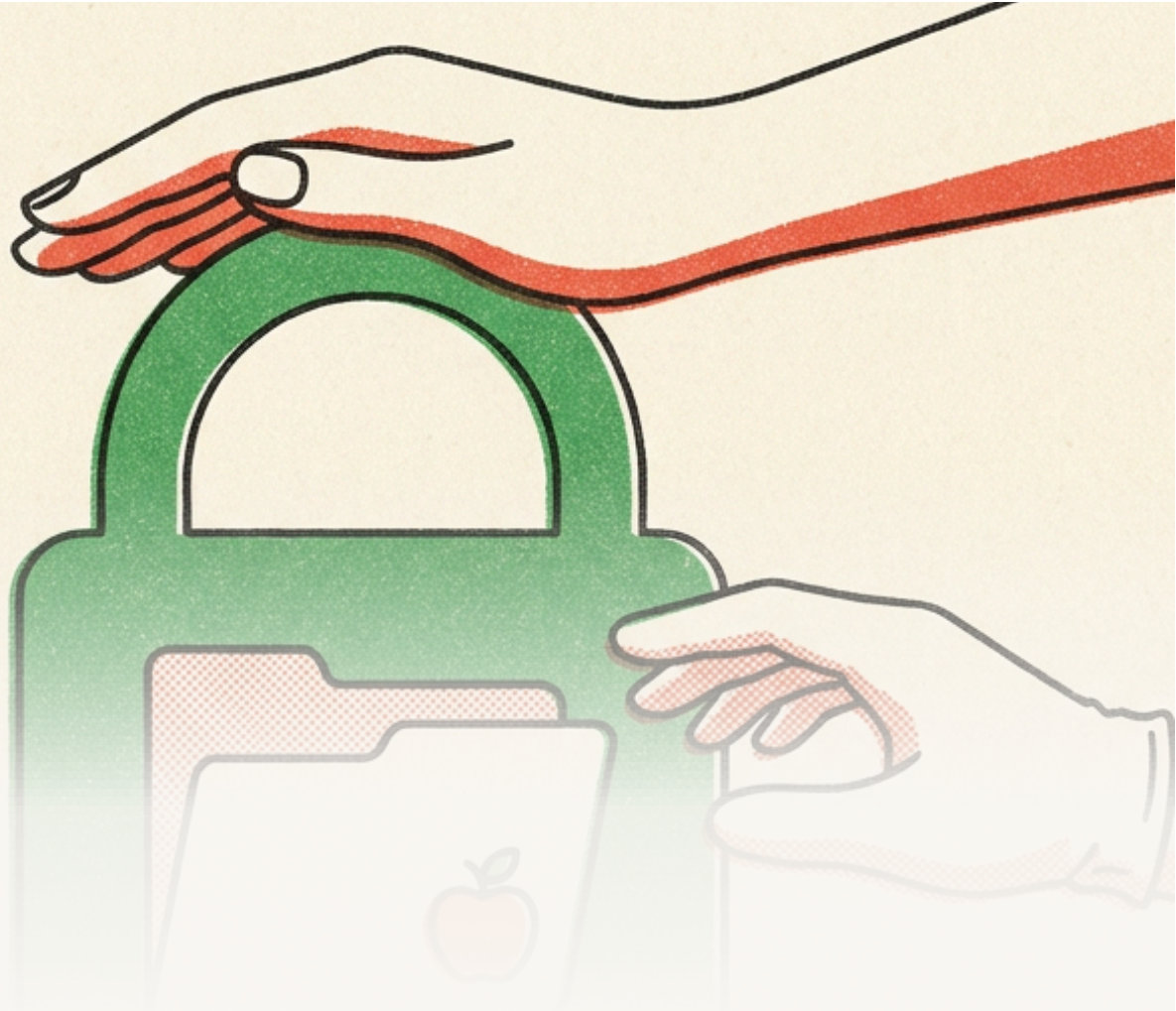
Abrir a pós-graduação

A lacuna: é na pós-graduação e na pesquisa que a vantagem se acumula mais rápido — e é onde o Brasil forma menos gente do que precisa.

A proposta: ampliar bolsas e vagas em áreas ligadas a dados e IA, com acesso de universidade pública a capacidade computacional, para que pesquisa nacional não dependa de infraestrutura alugada no exterior.

O QUE A MEDIDA FARIA

- ✓ Ampliar bolsas em áreas ligadas a dados, computação e IA, com valor que segure o pesquisador no país.
- ✓ Garantir acesso de universidade pública a capacidade computacional compartilhada.
- ✓ Contratar essa capacidade com padrão aberto e portabilidade, para não trocar dependência externa por dependência de fornecedor.
- ✓ Priorizar instituições fora do eixo Rio–São Paulo na alocação.
- ✓ Abrir os resultados: o que a bolsa pública produz é conhecimento público.



02 · CONSTRUIR · PROPOSTA 6 DE 6

Direitos do estudante

A lacuna: dado escolar é dado sensível de criança e adolescente, e hoje circula em contrato de fornecedor sem piso comum.

A proposta: um piso nacional de privacidade, supervisão e transparência para uso de IA na escola, ancorado na LGPD: finalidade limitada, vedação de uso comercial de dado de aluno, e direito de saber quando uma decisão sobre o estudante foi automatizada.

O QUE A MEDIDA FARIA

- ✓ Fixar finalidade limitada: dado coletado para ensinar não vira base de produto.
- ✓ Vedar uso comercial e publicitário de dado de aluno, sem exceção contratual.
- ✓ Garantir à família o direito de saber quando uma decisão sobre o estudante foi automatizada, e de contestá-la.
- ✓ Exigir revisão humana com poder real em decisão que afete trajetória escolar.
- ✓ Padronizar cláusulas mínimas em contrato de rede pública, com capacidade de fiscalizar.







03 · APOIAR

O que já está em movimento

Nem tudo precisa ser inventado. Há agendas em curso no Brasil que já apontam na direção certa e merecem apoio explícito em vez de disputa de autoria.

Conectividade escolar

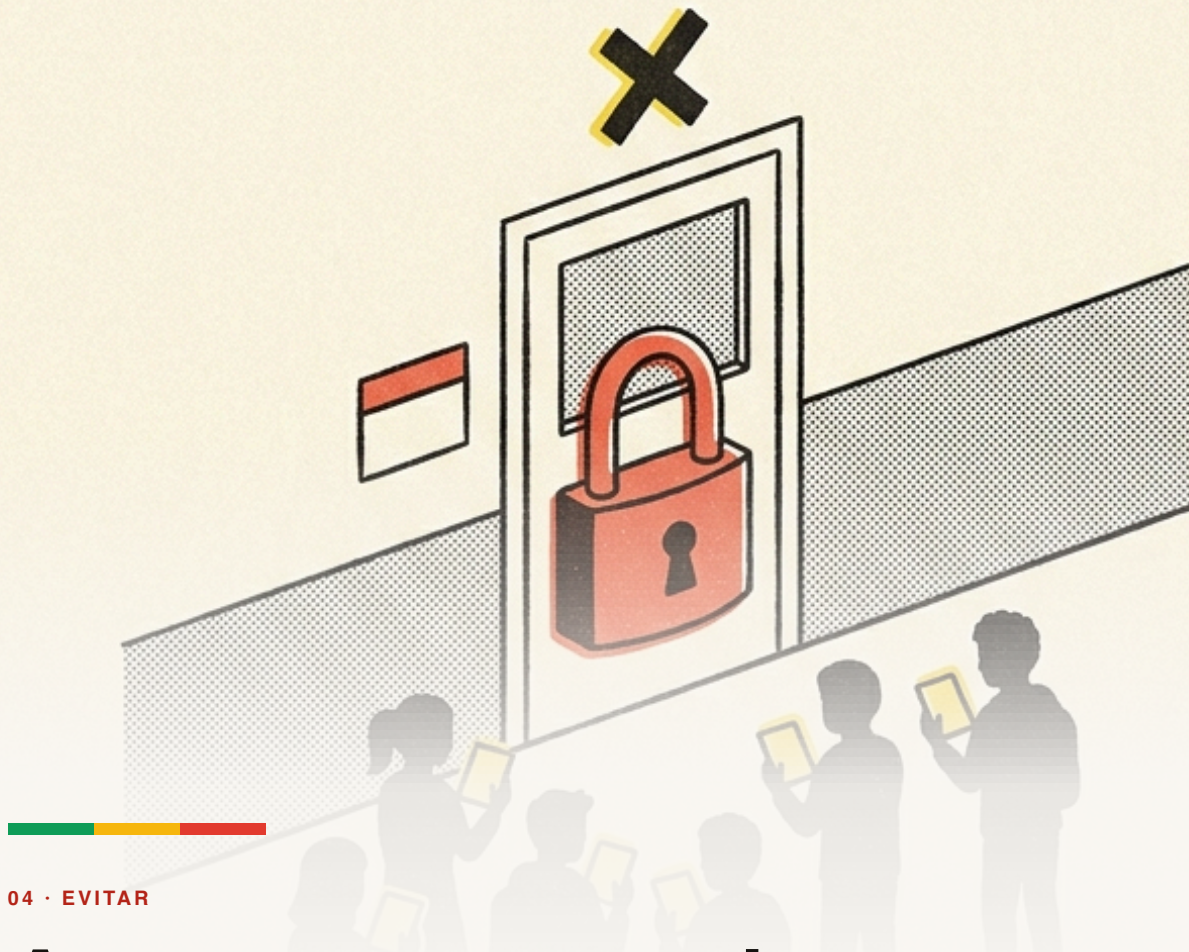
Sem internet estável e dispositivo em sala, todo o resto é conversa. A universalização da conectividade nas escolas é a pré-condição de qualquer política de IA educacional.

Educação digital e ensino técnico

As políticas de educação digital e a expansão do ensino técnico já criam o encaixe onde as trilhas de qualificação em tecnologia podem entrar.

Proteção de dados de crianças

A LGPD já dá base para o piso de privacidade escolar. Falta regulamentação específica e capacidade de fiscalizar — não falta lei.



04 · EVITAR

As respostas que pioram a escola

- **Proibição geral**

Banir a IA na escola não impede o uso: empurra para fora da sala, sem orientação, e pune quem não tem em casa alguém para explicar.

- **Detectores de IA**

Ferramentas de detecção erram, e erram de forma desigual. Acusar aluno com base nelas destrói confiança e recai com mais força sobre quem escreve fora do padrão esperado.

- **Substituir professor**

Toda proposta que trata IA como economia de folha de pagamento entrega pior educação e mais desigualdade. A ferramenta serve para devolver tempo ao professor, não para dispensá-lo.

- **Aprisionamento em fornecedor**

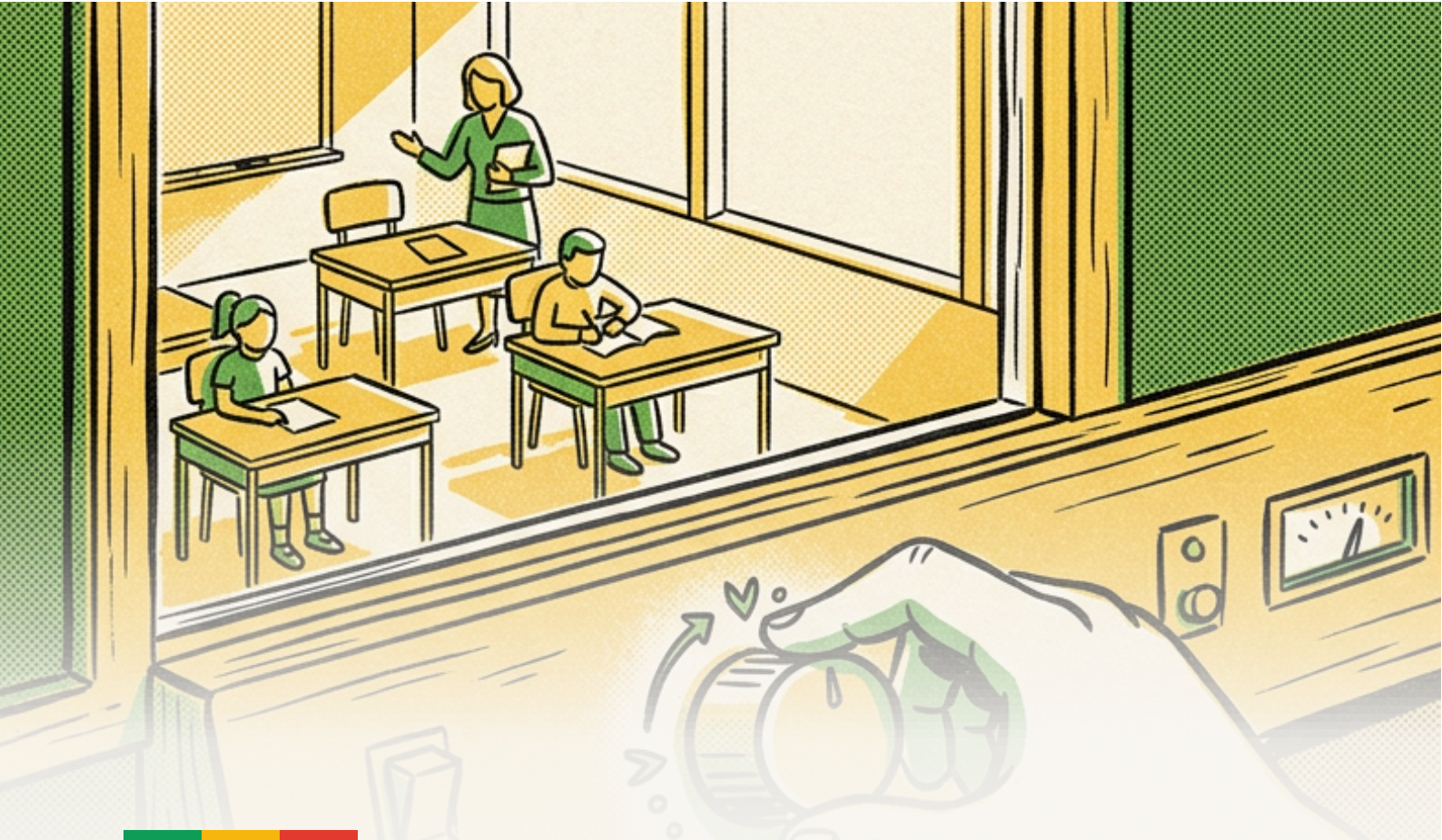
Contrato que prende rede pública a uma plataforma, sem portabilidade de dado nem padrão aberto, transforma política educacional em dependência de longo prazo.

- **Exigência de conformidade vazia**

Obrigações de “certificar” uso de IA sem critério nem capacidade de fiscalizar produz papelada, não aprendizagem.

- **Ignorar o viés de automação**

Quando a sugestão da máquina vira decisão sem revisão humana, o erro escala. Vale para nota, para triagem e para qualquer decisão sobre a trajetória do aluno.



05 · COMO SABER SE FUNCIONOU

Medir a escola, não o software

Programa que só publica sucesso não está sendo avaliado, está sendo divulgado. A régua abaixo existe para que a política possa ser corrigida — e encerrada, quando for o caso.

Em vez de licenças compradas

quantas escolas usam de fato, e com que frequência.

Em vez de professor certificado

professor que mudou a prática em sala, medido por observação e por autorrelato.

Em vez de aluno cadastrado

aluno que consegue verificar uma afirmação e explicar o próprio percurso.

Em vez de média nacional

diferença entre a rede mais pobre e a mais rica — a política só deu certo se essa distância caiu.

Em vez de relatório anual

publicação periódica, com dado aberto e com o que não funcionou incluído.



06 · DE ONDE SAI O DINHEIRO

Financiar sem inventar um programa novo

A maior parte do que este plano pede já tem canal de financiamento. O que falta é priorização declarada e regra de continuidade — o oposto de programa com nome próprio que morre na troca de governo.

Recurso federal como alavanca

dinheiro da União complementando estado e município, não substituindo o que já é gasto.

Prioridade explícita

critério publicado que coloca as redes com menor investimento por aluno na frente da fila.

Compra pública como política

padrão aberto, portabilidade de dado e possibilidade de trocar de fornecedor previstas desde o edital.

Aporte privado declarado

complemento com finalidade pública e sem exclusividade de plataforma, registrado e auditável.

Continuidade

orçamento plurianual e carreira, para que a política sobreviva ao mandato que a criou.



07 · POR ONDE COMEÇAR

A ordem importa mais do que a lista

Primeiros 100 dias

Mapear conectividade, dispositivos e contratos de plataforma já vigentes na rede; identificar as escolas com menor investimento por aluno; publicar o mapa.

Primeiro ciclo letivo

Começar a formação pelas redes prioritárias, testar a avaliação de processo em amostra e fixar o piso de privacidade nos novos contratos.

Horizonte

Letramento em IA na base curricular com financiamento permanente, trilhas com resultado publicado e capacidade computacional pública instalada.

Nada disso exige lei nova para começar. Exige orçamento, concurso e decisão administrativa — instrumentos que estados e municípios já têm na mão hoje.

A tecnologia muda. A finalidade da escola, não.

A IA vai continuar mudando, e nenhuma lei escrita hoje vai acompanhar cada mudança. O que a política pública pode fazer é garantir que estudante, professor e instituição estejam equipados para responder — e que a ferramenta chegue primeiro na escola que mais precisa dela, e não por último.



Construir

Seis propostas para a escola brasileira.



Apoiar

O que já está em movimento e precisa de escala.



Evitar

As respostas que pioram a escola.

O progresso também é de esquerda.

No Brasil, o tecno-otimismo virou linguagem da direita. O Fórum existe para desfazer esse falso dilema: mudança tecnológica, inteligência artificial e novas ferramentas podem — e devem — ser instrumentos de redistribuição, inclusão e capacidade estatal, não de concentração de renda e poder. Reivindicamos duas coisas ao mesmo tempo: o futuro e a bandeira.

O que defendemos

Progresso econômico e progresso social andam juntos: baixar o custo de vida, ampliar o acesso a oportunidades, fortalecer comunidades e dar mais poder a consumidores e trabalhadores.

O que não somos

Não somos mais um grupo empresarial, nem um observatório neutro. O Fórum tem lado: é a consciência tecnológica dentro do campo progressista.

QUEM FAZ — UMA COALIZÃO, NÃO UMA REDAÇÃO

Conselho Deliberativo	Define posições, prioridades e limites. Nenhum financiador governa.
Diretoria Executiva	Executa a agenda: pesquisa, publicações, articulação e relação com imprensa e Parlamento.
Conselho Consultivo	Repertório técnico e político sem responsabilidade executiva.
Mantenedores	Sustentam o Fórum por anuidade, com categorias públicas e limite de concentração por financiador.

Para imprensa, parcerias, contribuição a um dos projetos ou discordância bem fundamentada.

contato@forumdoprogresso.org

BRÁSÍLIA · SÃO
PAULO



Fórum do Progresso

Política tecnológica progressista no Brasil.

Que a ferramenta chegue primeiro na escola
que mais precisa dela, e não por último.